



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA
Rua Vereador Ramos Nº 746 – Centro
CEP: 64.180-000 – Fone/Fax: (86) 3383-1538
CNPJ: 06.554.174/0001-82



Lei nº 1.240 /2013 de 16 de dezembro de 2013

Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS, da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANTINA, ESTADO DO PIAUÍ:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criada na Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Esperantina – PI, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, o DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DMTRANS.

Art. 2º Compete ao Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS:

- I. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;
- II. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas.
- III. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;
- IV. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;
- V. Estabelecer, em conjunto com órgãos de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;
- VI. Executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do poder de polícia de trânsito;
- VII. Aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar infrações de circulação, estacionamento e parada previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;
- VIII. Fiscalizar, autuar e aplicar penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas às infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;



- IX. Fiscalizar o cumprimento do disposto no art. 95, da Lei Federal nº. 9.503, de 23-09-1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;
- X. Implantar, manter, operar e fiscalizar o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;
- XI. Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;
- XII. Credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;
- XIII. Integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área e sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;
- XIV. Implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;
- XV. Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;
- XVI. Planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão de poluentes;
- XVII. Registrar e licenciar, na forma da Legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;
- XVIII. Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;
- XIX. Articular com os demais órgãos do sistema nacional de trânsito no estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;
- XX. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº. 9.503, de 23.09.1997, além de dar apoio às específicas do órgão ambiental, quando solicitado;
- XXI. Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnico a serem observados para sua circulação;
- XXII. Coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de educação de trânsito no município;
- XXIII. Executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;
- XXIV. Realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego;

Art. 3º O Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS terá a seguinte estrutura:



- I. Coordenação de engenharia, sinalização, fiscalização, tráfego e administração;
- II. Coordenação de controle, análise de estatística de trânsito, e educação de trânsito;

Parágrafo Único. Ficam criados os cargos de coordenação necessários ao funcionamento do Departamento Municipal de Trânsito.

Art. 4º Ao Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS compete:

- I. A administração e gestão do Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS, implementando planos, programas e projetos;
- II. O planejamento, projeto, regulamentação, educação e operação do trânsito dos usuários das vias públicas nos limites do município.

Parágrafo Único. Fica criado o cargo de Diretor do Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS, com a função de exercer as competências previstas no caput desse artigo e aplicar as penalidades previstas na legislação de trânsito.

Art. 5º À Coordenação de Engenharia sinalização, fiscalização, tráfego e administração competem:

- I. Planejar e elaborar projetos, bem como coordenar estratégias de estudos do sistema viário;
- II. Planejar o sistema de circulação viária do município;
- III. Proceder a estudos de viabilidade técnica para a implantação de projetos de trânsito;
- IV. Integrar-se com os diferentes órgãos públicos para estudos sobre o impacto no sistema viária para aprovação de novos projetos;
- V. Elaborar projetos de engenharia de tráfego, atendendo os padrões a serem praticados por todos os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme normas do CONTRAN, DENATRAN e CETRAN;
- VI. Acompanhar a implantação dos projetos, bem como avaliar seus resultados;
- VII. Administrar o controle de utilização dos talões de multa, processamentos dos autos de infração e cobranças das respectivas multas;
- VIII. Administrar as multas aplicadas por equipamentos eletrônicos;
- IX. Controlar as áreas de operação de campo, fiscalização administração do pátio e veículos;
- X. Controlar a implantação, manutenção e durabilidade da sinalização;
- XI. Operar em segurança das escolas;
- XII. Operar em rotas alternativas;
- XIII. Operar em travessia de pedestres e locais de emergência sem a devida sinalização;
- XIV. Operar a sinalização (verificação ou deficiências na sinalização).

Art. 6º À Coordenação de controle, análise de estatísticas de trânsito, e educação de trânsito compete:



- I. Promover a educação de trânsito junto à rede municipal de ensino, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito;
- II. Promover campanhas educativas e o funcionamento de escolas públicas de trânsito nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.
- III. Coletar dados estatísticos para elaboração de estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;
- IV. Controlar os dados estatísticas da frota circulante do município;
- V. Controlar os veículos registrados e licenciados no município;
- VI. Elaborar estudos sobre eventos e obras que possam perturbar ou interromper a livre circulação dos usuários do sistema viário;

Art. 7º O Poder Executivo fica autorizado a repassar o correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação das multas de trânsito para o fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do parágrafo único, do art. 320, da Lei nº. 9.503, de 23-09-1997.

Art. 8º Fica criada no município de Esperantina a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pelo Departamento Municipal de Trânsito – DMTRANS, criado nos termos desta Lei, e na esfera de sua competência.

Art. 9º A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, sendo:

- I. 01 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;
- II. 01 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impõe a penalidade;
- III. 01 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 1º. O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério do Poder Executivo Municipal para designá-los;

§ 2º. É vedado ao integrante das JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN.

Art. 10. A nomeação dos integrantes das JARI que funcionam junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários estaduais e municipais será feita pelo respectivo chefe do poder executivo, facultada a delegação.

Parágrafo Único. O mandato será, no mínimo, de 01 (um) ano e, no máximo, de 02 (dois) anos. O regimento interno prevê a recondução dos integrantes da JARI por períodos sucessivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA
Rua Vereador Fiamos Nº 746 – Centro
CEP: 64.180-000 – Fone/Fax: (86) 3383-1538
CNPJ: 06.554.174/0001-82



Art. 11. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETTRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Art. 12. Fica o poder executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta Lei.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperantina, aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e treze.


LOURIVAL BEZERRA FREITAS
Prefeito